



CENTRAL SOLAR LAGO II S.A.

CNPJ/ME nº 35.913.736/0001-35

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	410	150		13	9.652	9.165
Impostos a compensar		1	1			9.652	9.165
		411	151				
Não circulante							
Partes relacionadas	11	2.172	-		11	330	-
Imobilizado em andamento	12	9.259	10.918			330	-
		11.431	10.918				
Total do ativo							
		11.842	11.070				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Notas explicativas das demonstrações financeiras							

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Central Solar Lagoa II S.A. ("Companhia" ou "Lagoa II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Lagoa II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Faro Linha, nº 3729, 9º andar, sala 28, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **Autorização do Parque Solar Lagoa II**: Até 31 de agosto de 2024, a Parque Solar foi autorizada a iniciar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término de autorização em 11 de agosto de 2055. Em junho de 2019 a Companhia vendeu 18,3 MW médio de energia pelo período de 20 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração solar Lagoa I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil, durante o ano de 2021 devido as condições comerciais a Companhia juntamente com o cliente consumidor decidiram em comum acordo realizar a descontratação do fornecimento da energia pelo parque. O Parque solar encontra-se em construção, com data prevista para entrada em operação no 2º semestre de 2025.

2. EMPRESA
Usinas
Modalidade
Outorga
Estado
Capacidade instalada (MW)
Energia asssegurada (MWh)
Data do inicio da outorga
Autorização / Registro
Início
Término

Central Edifica Lagoa II
Central Solar Lagoa II
Produtor Independente
AutORIZAÇÃO
RN
39,75
11.900
2020
11/08/2020
11/08/2025

1.1 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$9.242 (R\$9.014) em 31 de dezembro de 2023, devido ao fato do parque solar estar em fase de construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2025 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e explicações emitidos pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, com base nos planos da administração, entendendo que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de junho de 2025. 2.2 Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras consideram o cálculo das estimativas base de valor. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 12).

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) **Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque edílico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atributíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra do imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados que sejam diretamente atributíveis ao custo histórico. O custo histórico é determinado pelas estimativas e premissas consideradas como custos do projeto, que são atualizadas periodicamente. Os ativos e passivos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tido seu efeito finalizado; neste último caso, que é quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituiam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial e, em seguida, são mensurados pelo custo amortizado, resultando em ajustes de depreciação inicial e de juros. Os ativos e passivos financeiros são calculados com base na data de sua formação efetiva. As tabelas das estimativas e passivos financeiros são encontradas na nota explicativa nº 16. **Composição de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6. RISCOS CLIMÁTICOS
Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladoras, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e a transição eletrada para uma economia baixo carbono (risco de transição climática). Esses fatores são considerados relevantes para a estratégia da Companhia. A Administração da Companhia considera que a oportunidade é realizada no âmbito de Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através das pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e decarbonização e transição justa e cultura climática. No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos, incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, manutenção preventiva, infraestrutura mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agenda regulatória do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seus processos operacionais e inovação, resultando em soluções que visam voltadas à transição energética para uma matriz renovável e à redução de emissões, contemplando temas, compromissos públicos e ações necessárias para o atingimento de redução de emissões em curto, médio e longo prazos. Por fim, no pilar de transição justa e cultura climática, a Companhia realiza a regulamentação do Comitê Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2023. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanecerá avaliando os impactos.

8. IMPACTOS DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO E MACROECONÔMICO
Os impactos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. As entidades devem estar preparadas para as mudanças das condições de operação e de riscos. Os ativos e passivos são atualizados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), o que é o menor grupo possível de operações que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução do valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor

9. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES
Manter o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:
Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)

Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade

ICPC 19 - Tributos

ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custo (funding) e sua Interação

CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisão 26: CPC 32 e CPC 48

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma

Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)

CPG 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade

ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO)

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2024 31/12/2023

Bancos conta movimento 410 150

Total 410 150

11. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue:

Objeto do contrato 31/12/2024 31/12/2023

Ativo

Outros créditos Sucessor Fee Projeto lagoa EDP Renováveis Brasil S.A. 2.172 -

Total ativo 2.172 -

Passivo

Fornecedores Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura EDP Renováveis Brasil S.A. (9.311) (9.148)

Adiantamento para futuro aumento de capital EDP Renováveis Brasil S.A. (330) -

Total passivo (9.641) (9.148)

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço,

operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros renumeratórios.

11.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Portugal S.A. Remuneração dos administradores: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Solar Lagoa I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daquelas definidas pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

12. IMOBILIZADO

31/12/2024

Custo histórico Depreciação acumulada Valor líquido

Imobilizado em curso 9.259 - 9.259

31/12/2023

Custo

...continuação

CENTRAL SOLAR LAGOA II S.A. | CNPJ/ME nº 35.913.736/0001-35

Aos Administradores e Acionistas

Central Solar Lagoa II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Lagoa II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board

(IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos de que dispõe, como necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Considerando-se o resultado da auditoria, Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tornadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação dos controles contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as classificações e setores das demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos da maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2025

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

